

ATA DA REUNIÃO DA 3ª COMISSÃO

8 de maio de 2024

No dia oito de maio de dois mil e vinte e quatro, pelas 16h30, na sede da Assembleia Municipal de Almada, iniciou-se a reunião da 3ª Comissão da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Ponto de situação e esclarecimentos sobre o Agroparque das Terras da Costa.

Estiveram presentes os Deputados Municipais: António Pedro Maco, António Salgueiro, José Rocha, João Geraldês, Maria Rita Peixoto de Magalhães, Marta Cortez, Olga Mariano, Sérgio Bastos e Pedro Pereira. Em representação da CMA, estiveram presentes: a Presidente da CMA, Inês de Medeiros; o Diretor Municipal de Economia Inovação e Comunicação da CMA, Arquiteto Paulo Pais e a Engenheira Ana Barros.

O Presidente da Comissão, Sérgio Bastos (PS), deu início à reunião, remetendo para uma introdução da CMA.

A Presidente da CMA, Inês de Medeiros, começou por apresentar o projeto, no âmbito da candidatura do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) direcionado para Comunidades Desfavorecidas (Operação Integrada Local 2 – Costa da Caparica), que se encontra em curso. Afirmou que o objetivo do mesmo é a concretização do Parque Agro-alimentar das *Terras da Costa e do Mar* e a criação da marca com o mesmo nome. Foi referida a sessão de esclarecimento de dúvidas com os agricultores no Fórum Romeu Correia, que ocorreu no dia 7 de maio, e foi feita uma breve síntese do histórico do litígio gerado pela ocupação das terras da Costa, terrenos que integram a propriedade da CMA, nomeadamente, em áreas REN e RAN.

A este propósito, a Presidente fez questão de esclarecer que, pela classificação daquelas zonas, é impossível construir qualquer urbanização nas mesmas, excetuando num pequeno recorte de terreno no seu limite, que integra a zona urbana, onde já foi aprovado o loteamento e onde serão construídos 140 fogos habitacionais. A Presidente expôs que o projeto do loteamento inicial previa 340 fogos, mas que, posteriormente, constatou-se que tal projeto não estava em concordância com o PDM, pelo que, foi necessário redesenhar o loteamento para permitir os 140 fogos.

Relativamente às habitações de alvenaria construídas ilegalmente, a Presidente afirmou que, como estas ainda não integram o programa de realojamento, a CMA compromete-se a não tomar qualquer ação contra aquelas casas neste momento, pelo menos, no espaço temporal de dois a três anos, em que apenas irá evitar que se construam mais edificações. Concomitantemente, foi esclarecido que o redesenhar do Agroparque não põe em causa as casas de primeira habitação, mas que, eventualmente, terá de se tomar algum tipo de ação, uma vez que as casas estão em paisagem protegida e nem a desafetação no PDM é possível para o efeito de tentar regularizar a situação.

A Presidente salientou, num breve aparte, que o processo de realojamento dos bairros de habitação indigna na zona não está diretamente correlacionado com o agroparque, são projetos independentes.

Sobre a génese do projeto do Agroparque, a Presidente destacou duas linhas fundamentais: que a manutenção da agricultura naquelas terras visa o combate à precariedade e que o financiamento de uma agricultura de transição permitirá não só melhorar a qualidade do solo, mas também a criação de um mercado viável e duradouro.

Dentro dos princípios da candidatura integrante do PRR, a Presidente lembrou a importância das componentes ambiental e de valorização comunitária. Sobre a agricultura atual, a Presidente explicou como é que as próprias comunidades irão beneficiar da agricultura de transição, nomeadamente, pelo escoamento de mais produto, devido carácter biológico e controlado da produção. Ainda quanto à comercialização destes produtos, foi bem delineada a estratégia relativa à criação da marca *Terras Da Costa e do Mar*, em colaboração com agricultores e pescadores.

A Presidente da CMA passou a palavra a Ana Barros, Engenheira do Ambiente e colaboradora no projeto do Agroparque.

A Eng.^a Ana Barros reforçou que o objetivo é criar melhores condições para os agricultores, oferecendo apoio técnico ao nível da agricultura e ao nível da gestão, tendo circuitos mais curtos de escoamento dos produtos. Sobre o planeamento para o futuro, referiu que o modelo do agroparque foi desenhado tendo em conta não apenas o período temporal da candidatura, mas também o que se seguirá a mesma.

Em seguida, desenvolveu sobre o modelo de gestão do projeto, efetivado em simbiose entre uma entidade gestora e a Associação de Agricultores. Em relação à marca, a Eng.^a Ana Barros diz que esta já foi criada e que o edifício de apoio já projetado também servirá para a gestão da mesma.

A Presidente da CMA interveio para esclarecer que o que se visa transmitir aos agricultores são as técnicas que lhes permitirão tirar melhor proveito das terras com o mínimo de produtos e produtos menos nocivos. Para auxiliar na execução, a Presidente mencionou a importância dos parceiros do projeto como a AIP e a EDA e relevou o facto de, neste momento, todos estes investimentos serem a custo zero para os agricultores.

Informou, de seguida, que a CMA prevê que no final da implementação do projeto, já após a candidatura, se aplique um valor de arrendamento igual ao que é aplicado pelo ICNF e que tais receitas servirão também para manter o apoio aos agricultores.

O Arquiteto Paulo Pais interveio para contribuir com valores de referência, afirmando que o ICNF cobra atualmente cerca de 800€/hectare, por ano. O que equivale a 0,06 cêntimos por metro quadrado, por mês. Face ao que se prevê, este valor não será suficiente para a manutenção e sustentabilidade do projeto, pelo que, a entidade gestora (ainda em aberto) terá um papel fundamental.

O Arquiteto Paulo Pais fez uma descrição da base territorial do projeto e enfatizou que a gestão passada deste território foi demasiado informal. Explicitou que os objetivos do Agroparque estão alinhados com os objetivos do novo PDM e que as pessoas passam a estar numa situação regularizada, permitindo-lhes ter condições para venderem os seus produtos a um valor digno e a longo prazo.

Neste âmbito, o Arquiteto Paulo Pais demonstrou como a Regulação pela União Europeia da atividade agrícola e da comercialização dos seus produtos tem vindo a ser cada vez mais restritiva e que a manutenção desta tendência poderá custar a estes agricultores todo o seu trabalho, no futuro. A criação da marca e o seu efeito, bem como a certificação, permitirá escoamentos específicos para estabelecimentos diferentes, como restaurantes e cantinas.

Assim, o Arquiteto concluiu que passa a existir uma gestão formal, com usos controlados, aproveitando uma mais-valia territorial e dando sustentabilidade à agricultura. No fundo, referiu que existe uma valorização global da Costa da Caparica.

Num momento seguinte, interveio a Presidente da CMA para dar nota que este será o primeiro Agroparque completo em Portugal, apesar de já existirem alguns projetos semelhantes. Informa também que, parte das formações em curso, será uma viagem a Madrid para conhecer um projeto de agroparque completo.

Relativamente aos parceiros e às formações, a Presidente valorizou o trabalho da Universidade NOVA com os pescadores e o esforço desenvolvido pela Ensaio e Diálogos, que dá uma dimensão social e cultural ao projeto, promovendo a marca. Sobre este tópico, referiu também as iniciativas no âmbito do eixo da cidadania, educação e empoderamento das comunidades.

A Presidente destacou ainda que a obtenção da certificação da realização destas formações é fundamental para os agricultores que se queiram candidatar individualmente a um fundo comunitário e a sua importância para os agricultores mais jovens.

Seguidamente, a Eng.^a Ana Barros fez um levantamento da fase atual do projeto, referindo que já foi feito um levantamento topográfico, o estudo prévio do planeamento, uma campanha de recolha e análise das águas e que, de momento, está a decorrer o inquérito aos agricultores para saber quais as áreas em que estão a cultivar, o seu conteúdo e de que forma.

A Presidente interveio para esclarecer que foi criado o inquérito para que se adeque o plano de ação às necessidades dos agricultores, o que só é possível conhecendo o que é produzido, os tipos de produtos utilizados, onde são escoados os produtos e como, a maquinaria que possuem e quais são as suas maiores dificuldades.

Sucessivamente, a Presidente referiu que existem dois momentos fundamentais para os agricultores: a criação de uma declaração de interesse no projeto para que os estes possam usufruir das ações de formação, entre outros apoios, e a sua inscrição na Associação de Agricultores, sendo que o primeiro não se confunde com o segundo e que ninguém é obrigado a juntar-se à Associação. A associação é o que permite criar um sistema de preferência dos Agricultores que lá estão na atualidade e que pretendem integrar o projeto.

A Presidente afirmou que, neste momento, apenas cerca de 30% dos agricultores estão inscritos. Referiu também que existem proprietários privados que se pretendem juntar ao projeto, o que permite contar com um território mais abrangente do que meramente as terras municipais.

Em seguida, o Presidente da Comissão, Sérgio Bastos passou a palavra ao Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS) para colocar questões.

O Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS) agradeceu a presença dos técnicos da CMA e começou por declarar que o direito não é algo estático, apesar do reconhecimento da decisão do tribunal em primeira instância, o caso em apreço é uma questão de posse. Relembrou que este problema começou nos finais do século XIX, quando as terras eram efetivamente de quem as trabalhava, pessoas com pouca educação que, à data, foram ludibriadas por outros indivíduos que se autointitularam de proprietários daquelas terras.

Referiu, em aparte, que o CDS possui medidas no seu programa para defesa dos agricultores da Terras da Costa. Em seguida, o Deputado enfatizou o valor afetivo dos agricultores por aquelas terras e questionou a veracidade de algumas afirmações proferidas por parte da CMA.

O Deputado afirmou que o projeto é imposto aos agricultores, sem outra escolha, havendo uma pressão relativa à forma como trabalham a terra, desvalorizando a sua experiência e conhecimento.

Reforçou ainda que os bairros sociais e a habitação indigna não se devem confundir na exposição de motivos do projeto do Agroparque.

Finalmente, concluiu com as seguintes questões: A maioria dos agricultores estão de acordo ou não com o projeto? A CMA teve necessidade de desafetar áreas REN e RAN para o projeto?

Brevemente, a Presidente da CMA pediu esclarecimentos quanto às considerações que pareceram gerais e vagas, nomeadamente, quanto aos pontos cuja veracidade é questionada.

O Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS) respondeu, a título de exemplo, que não tem qualquer informação que indique que os produtos tenham dificuldade em ser escoados e que sejam utilizados, naquelas terras, quaisquer pesticidas nocivos. Na mesma intervenção, questiona se a CMA já efetuou análises do solo e declarou uma atuação intempestiva dos serviços da CMA, em referência a um episódio de destruição de um instrumento de trabalho de um agricultor pelos serviços, sem qualquer aviso prévio, tendo sido colocado um edital no sábado avisando que este ia ser derrubado na segunda-feira seguinte.

Concluiu a sua intervenção afirmando que o CDS apoia a criação da marca das Terras da Costa, mas que é necessário mais diálogo.

Em seguida, o Presidente da Comissão, Sérgio Bastos passou a palavra ao Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) para colocar questões.

O Deputado Municipal Nuno Mendes começa por cumprimentar os presentes e solicita que toda a informação fique disponível para consulta no website da CMA. Em seguida, questiona se com a alteração do PDM, a redução dos fogos (de trezentos para cento e quarenta) foi devidamente acautelada e prevista e se está a ser planeado o realojamento de pessoas que possuem casa de primeira habitação nesses terrenos.

Quanto aos apoios previstos, questionou se a CMA considerou também as condições futuras, por exemplo, quando estes agricultores estiverem a morar mais longe dos terrenos agrícolas.

Relativamente à Associação de Agricultores, questiona: Quantos são os agricultores no total e quantos são os membros da Associação? Podem ser membros da Associação ou candidatarem-se pessoas que não sejam ainda agricultores das Terras da Costa? Quais as consequências para

quem não assinar a declaração de interesses, além da impossibilidade de usufruir das formações?

Em seguida, o Presidente da Comissão, Sérgio Bastos passou a palavra à Presidente da CMA, Inês de Medeiros, para responder às questões colocadas pelos dois Deputados.

A Presidente da CMA começou por declarar que tem existido muito contacto com os agricultores e que a CMA tem feito um esforço para a transmissão eficaz de informação e esclarecimento de dúvidas. Em seguida, solicitou o devido respeito pelas fontes e pela equipa que trabalha no projeto, reforçando que os profissionais que o integram são competentes e reitera a sua confiança nestes.

Informou, em resposta, que os estudos foram efetuados pelo LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil). Quanto aos solos, referiu que já em 2019, existiu uma proposta de financiamento e apoio às análises do solo, para que os agricultores as pudessem submeter às grandes superfícies comerciais, enquanto comprovativo do cumprimento dos requisitos necessários.

A Presidente afirmou que nem a CMA, nem os técnicos, possuem qualquer vontade de se substituírem aos agricultores ou de desvalorizarem o seu conhecimento e experiência, sendo que todo o processo de trabalho é permanentemente de acompanhamento e articulação.

A Presidente esclareceu que a CMA não interfere nas condições associativas, pretende apenas fazer um protocolo com a Associação. Declarou que não sabia responder com exatidão, naquele momento, o número de inscritos. Em relação ao cumprimento do quadro legal, esclareceu ainda que, com a Associação de Agricultores, existe uma entidade e uma forma jurídica que permite dar preferência aos mesmos, em oposição ao formato em que o agricultor que se candidata individualmente, caso em que está sujeito à hasta pública, não existindo uma preferência direta.

A Presidente respondeu ao Deputado Nuno Mendes que o projeto apenas prevê a colaboração com os agricultores da Costa e que abrir todo o processo de atribuição significaria uma espécie de sorteio, um concurso com as pessoas de fora que poderia lesar os agricultores locais, o que não é o que a CMA pretende fazer, nem vai ao encontro dos objetivos do projeto.

Reitera que o que disse sobre a recuperação dos bairros foi exatamente para os distinguir do Agroparque, em resposta ao Deputado António Pedro Maco e que, tal referência, foi feita no âmbito de se tratar de uma intervenção no mesmo território.

Em relação à questão da desafetação no PDM, a Presidente declarou que nada foi desafetado de áreas REN e RAN. Acrescentou ainda que até mesmo o edifício de apoio projetado, por ser em área REN e RAN, necessita de autorização, apesar de ser um edifício ecológico.

Quanto à disponibilização de informação, a Presidente referiu que existem, atualmente, dois pontos com informação disponível: o Espaço do Cidadão da Costa da Caparica, onde é possível até marcar um atendimento personalizado com a CMA, e um contentor de apoio com toda a informação disponível no local, operado pela EDA.

Relativamente à alteração do PDM e aos fogos habitacionais, a Presidente explicitou que o que sofre alterações são apenas os índices de construção e reitera que, neste momento, as casas lá construídas não sofrerão qualquer interferência.

A Presidente concluiu a intervenção com um reforço dos objetivos do projeto, nomeadamente, a melhoria de condições para os habitantes trabalhadores daquelas terras.

Em seguida, o Presidente da Comissão, Sérgio Bastos passou a palavra ao Deputado Municipal António Salgueiro (PSD) para colocar questões.

O Deputado Municipal António Salgueiro cumprimenta os presentes e inicia a sua intervenção afirmando que o PSD considera o Agroparque um bom projeto, reconhecendo-lhe qualidade.

Em seguida levanta algumas preocupações, em formato de questão: Quando é que a CMA pensa fazer o levantamento das situações habitacionais dos agricultores das terras da Costa? Depois dos dois anos, o que eu é que a CMA pensa fazer quanto aqueles que têm ali as suas primeiras habitações? O que é que acontece à prioridade/preferência dos agricultores que não se increveram?

Em seguida, o Presidente da Comissão, Sérgio Bastos passou a palavra ao Deputado Municipal João Geraldes (CDU) para colocar questões.

O Deputado Municipal João Geraldes (CDU) agradece a disponibilidade da CMA e dos técnicos e defende que o Agroparque é um bom projeto com potencial para a qualificação do concelho de Almada.

O Deputado reforça que esta candidatura foi no âmbito das comunidades desfavorecidas, pelo que, deve ser construída em conjunto com as pessoas.

Sucessivamente, levanta as seguintes questões: Quanto à preferência - como é que o facto de ser associado numa Associação, pode dar preferência numa atribuição de terrenos, qual a base legal que o permite? Existirá sempre um privilégio dos agricultores que se queiram juntar à associação, face àqueles que não querem? Como é que se integram os proprietários privados neste projeto, face à distribuição das terras pela CMA?

Finalmente, questiona sobre áreas delimitadas no mapa que não estão identificadas como privadas ou públicas.

Em seguida, o Presidente da Comissão, Sérgio Bastos passou a palavra ao Deputado Municipal Pedro Pereira (PS) para colocar questões.

O Deputado Pedro Pereira começou por agradecer à Presidente da CMA e aos técnicos presentes pela disponibilidade para prestar esclarecimentos e ainda aos serviços da CMA que trabalham neste projeto. O Deputado declarou que reconhece muita qualidade ao projeto do Agroparque, no âmbito da valorização da Costa da Caparica.

Em seguida, reforçou que a intervenção da CMA nesta zona deve ser feita em toda a sua amplitude, inclusive nos bairros habitacionais, transformando todo esse espaço numa mais-valia importantíssima para o Concelho.

Colocou ainda uma questão relativamente à localização exata dos cento e quarenta fogos habitacionais já referidos.

Em seguida, o Presidente da Comissão, Sérgio Bastos passou a palavra ao Deputado Municipal José Rocha (BE) para colocar questões.

O Deputado Municipal José Rocha interveio, agradecendo a presença da Presidente da CMA e dos técnicos, bem como a informação transmitida. Sucessivamente, afirmou que acredita na inevitabilidade da transição para a agricultura biológica e que a efetivação de tal transição nas Terras da Costa deverá minimizar os prejuízos para os agricultores.

Concomitantemente, declarou que a preocupação dos agricultores é fundada, sendo absolutamente necessário fornecer garantias aos mesmos, nomeadamente, quanto às habitações, após os dois a três anos em que a CMA se compromete a não intervir neste campo. Conclui com a seguinte questão: Quais as garantias que podem ser dadas?

Em seguida, o Presidente da Comissão, Sérgio Bastos passou a palavra ao Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS), para esclarecimentos finais.

O Deputado Municipal António Pedro Maco questionou se das análises do LNEC, resultou uma confirmação do uso de pesticidas e ainda se está programada para aquela zona a criação de um quartel de bombeiros e de um centro de saúde.

Interveio o Arquiteto Paulo Pais para fazer quatro esclarecimentos. Esclareceu, primeiramente, que está a ser feito inquérito com os agricultores, de forma acompanhada, que inclui exatamente informações como o tipo de pesticidas e produtos utilizados. Em seguida, referiu que a evolução da regulamentação do setor agrícola é célere e que restringe fortemente a atividade, pelo que, o apoio técnico é dado no sentido da sustentabilidade e durabilidade da agricultura naquelas terras. Em terceiro, o Arquiteto apontou que, estando em causa terrenos públicos, a CMA não pode simplesmente entregar diretamente um terreno para cultivar a um agricultor individual, mas que está obrigada a métodos concorrenciais. Explicou que a Associação de Agricultores é uma forma de atribuir tal preferência, sem violar a concorrência, através de um protocolo específico com a Associação.

Em quarto e último lugar, o Arquiteto reforçou que a CMA não pode estar diretamente presente nas reuniões para criar a associação, para não existir qualquer contaminação concorrencial e de transparência. Por esse motivo, a ajuda e o apoio na criação desta associação foi dado pelas entidades parceiras do projeto.

Reforçou ainda o Arquiteto, para concluir a sua intervenção, que, relativamente à situação das casas e ao futuro das famílias que lá habitam, o que se pretende é dar condições a essas pessoas, mantendo as comunidades, enquanto se regulariza a situação.

A Presidente interveio para acrescentar que, quanto a regularização das habitações no concelho, é uma questão de dimensão muito maior do que o agroparque. Enfatizou que é uma prioridade da CMA resolver estas situações altamente complexas.

Relativamente à questão concorrencial levantada, a Presidente da CMA respondeu que a Associação, sendo uma Associação sem fins lucrativos e que vai de encontro ao interesse público, beneficia de uma condição especial mediante a qual é possível criar o Protocolo que

atribuirá preferência aos seus agricultores e evitar um concurso aberto ou hasta pública. Não existe verdadeiramente uma obrigação de os agricultores se associarem, mas, na prática, só poderão beneficiar da preferência a este título, se o fizerem, uma vez que a CMA não tem, legalmente, outra forma de atribuir a mesma.

Ainda quanto à atribuição, a Presidente esclareceu que será feita uma parte por concurso e outra parte através do protocolo com a Associação de Agricultores.

Transitando para a questão da marca, a Presidente informou que, como condição da criação da marca, é necessário que esta possua características próprias para se diferenciar. Não obstante, declarou que a CMA não irá obrigar ninguém a produzir algo específico, havendo liberdade nesse aspeto, apenas se disponibiliza no apoio técnico e na otimização da atividade.

Quanto à questão final colocada pelo Deputado Municipal António Pedro Maco, a Presidente respondeu que na zona urbana já está previsto o espaço para o centro de saúde e que já está em curso o projeto, com financiamento do PRR. No entanto, referiu que ainda não está prevista a localização do quartel de bombeiros.

A Presidente procedeu a um breve esclarecimento sobre a delimitação das áreas definidas no mapa, tal como solicitado pelo Deputado Municipal João Geraldês.

Em seguida, o Presidente da Comissão, Sérgio Bastos passou a palavra à Deputada Municipal Marta Cortez (PS) para colocar questões.

A Deputada Municipal Marta Cortez começou por agradecer os esclarecimentos prestados pela Presidente e pelos técnicos e referiu o valor e o potencial deste projeto para a comunidade local. Seguidamente, indagou sobre a legalidade da atribuição dos terrenos pela via protocolar com a Associação de Agricultores, tendo questionado se nos Agroparques que existem, por exemplo, em Espanha e nos projetos semelhantes a Agroparques em Portugal (que envolvem tal atribuição de terrenos), é também executado um protocolo ou se existe outro método legal, mais protetor da concorrência e da transparência.

A Presidente da CMA respondeu que não tinha, no momento, dados relativamente a outros projetos e aos seus trâmites legais de atribuição, mas que acredita que a via protocolar acautela todas as preocupações da melhor forma possível e permite que exista uma estrutura representativa dos agricultores, algo que também facilita a comunicação e o acompanhamento.

Em seguida, o Presidente da Comissão, Sérgio Bastos, passou a palavra à Deputada Municipal Olga Ramos (PS) para colocar as últimas questões.

A Deputada Olga Ramos questionou se os agricultores poderão, efetivamente, fazer parte dos órgãos sociais da Associação.

A Presidente respondeu que sim e que isso é exatamente o pretendido.

Para concluir a reunião, a Presidente da CMA reafirmou que, após toda a litigância passada e problemas que existiram entre a CMA e os agricultores, é altura de renovar a confiança destes e criar condições pacíficas para melhorar e regularizar a sua situação, sem criar atrito nestas comunidades. Reforça que apenas se pretende a sua valorização e um impacto positivo.

Por fim, o Presidente da Comissão, Sérgio Bastos, agradeceu a presença de todos e referiu que será agendada uma visita às terras da Costa. Assim, o Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião da 3ª Comissão, pelas 18h53.

A Secretária

Marta Cortez

O Presidente da Comissão

Sérgio Bastos